

Aula 6

A ERA DE OURO DO CAPITALISMO

META

Discutir aspectos constituintes do Capitalismo depois da Segunda Guerra Mundial

OBJETIVOS

Ao final desta aula, o aluno deverá:

- Caracterizar o Capitalismo mundial após a II Grande Guerra;
- Apreender as bases institucionais da hegemonia econômica do capitalismo americano;
- Identificar as consequências do aprofundamento da relação entre o conhecimento científico e processo produtivo do capitalismo em sua “época de ouro”.

PRÉ-REQUISITOS

Rever as aulas sobre: Ideologia Liberal, Revolução Industrial e O Capitalismo Concorrencial.

Lourival Santana Santos
Ruy Belém de Araújo

INTRODUÇÃO

Cara aluna ou caro aluno, como afirmou o historiador francês, Jean Jacques Chesnaux, hoje, nós, população mundial,

estamos sempre em regime capitalista. Os pequenos e grandes acionistas controlam seus dividendos, e o mundo move-se, quando as Bolsas se movimentam; os salários dos trabalhadores são irrisórios, comparados aos orçamentos gigantes das multinacionais; os consumidores são impotentes diante dos produtos, cuja qualidade é determinada pelos cálculos financeiros, que nada têm a ver com as suas necessidades reais. Mais do que nunca, a produção e as trocas servem ao aumento da reprodução do capital e se organizam segundo as normas e as propriedades do mercado mundial. Mais do que nada, a prosperidade das empresas se define pela rentabilidade de seus investimentos e a competitividade de seus produtos. Mais do que nunca, o valor de uso se separa do valor de troca. Mais do que nunca, a interpenetração do capital industrial e do financeiro é a chave do poderio econômico (CHESNEAUX, 1995, p. 189).

Para a comprovação do Estado descrito por Jean J. Chesnaux, não precisamos sair de casa, basta olhar os instrumentos que utilizamos em nossas atividades domésticas para perceber a sua ligação com o mercado. E se quisermos ampliar a nossa visão do “mundo capitalista” basta ligar a televisão e estaremos “plugados” ao mercado. Tudo isso faz lembrar um pouco a aula que estudamos sobre as características fundamentais do capitalismo, na qual vimos que o Capitalismo possui a necessidade imperiosa de expansão, ou melhor, de estar sempre em reprodução ampliada, rompendo fronteiras de todos os tipos.

Nesta aula, vamos observar que o Capitalismo depois da crise que dominou a economia mundial do início do século XX, a partir dos anos cinqüenta, entrou em uma fase de contínua expansão, o que levou alguns estudiosos a afirmarem que ela foi “a era de ouro” do Capitalismo. Período que entra em processo de finalização durante as crises que ocorrem na economia capitalista durante os anos 70 do século XX. Vamos ao estudo.

PÓS-GUERRA

Durante as décadas iniciais do século XX, a economia mundial foi afetada por diversas crises que contribuíram para mudar de maneira profunda o funcionamento do modo de produção capitalista, e também colaboraram para a constituição de uma época de expansão contínua de acumulação capitalista, apesar de o mundo se encontrar polarizado entre os dois blocos: o Socialista, liderado pela URSS, e o Capitalista, liderado pelos

EUA, vivendo em uma conjuntura de “Guerra Fria”. Mas, como chamou atenção Eric Hobsbawm, este período de expressiva expansão capitalista foi um fenômeno mundial, apesar de se concentrar essencialmente nos países capitalistas desenvolvidos. (HOBSBAWM; 1995)

Em 1944, o resultado da II Guerra Mundial já assinalava sinais da derrota dos países do eixo: Alemanha, Itália e Japão. A Guerra deixaria profundas consequências para a economia dos países envolvidos diretamente no conflito, em especial para os principais países capitalistas da Europa, que tiveram suas economias destroçadas. Alguns dados sobre a produção econômica dão para certificar a queda de produtividade na medida em que comparamos os anos 30 com a produção dos anos imediatos ao pós guerra. A comparação demonstra uma queda de mais de 60% da produção do setor agropecuário (cereais diminuíram em 70%, carne em 66% e os outros produtos agrícolas em 75%) (PADRÓS: 2000).

A quebra da produtividade também atingiu a indústria, que, voltada, preferencialmente, para a guerra teve que mudar a sua orientação. Se junta à quebra da produtividade da economia europeia o crescimento do débito externo acumulado pelos países europeus, débito que foi contraído para poder operar as suas máquinas de guerras. Países que passaram de uma condição de nação credora para uma condição de devedora.

Além desses fatores econômicos, as consequências das guerras mundiais afetaram enormemente a geopolítica internacional com a desestruturação dos antigos impérios coloniais constituídos ao longo do século XIX. O processo de descolonização foi muito significativo, pois na década de 70,

nenhum território de tamanho significativo continuava sob administração direta das ex-potências coloniais ou seus regimes de colonos, a não ser no Centro e Sul da Ásia – e, claro, no Vietnã em guerra. A era imperial acabara. (HOBSBAWM, 1995, p. 254).

A perda das colônias contribuiu para enfraquecer mais ainda os países europeus ao mesmo tempo em que favorecia os dois países líderes dos blocos comunista e capitalista, a URSS e os EUA, principalmente este último, que, ficando líder dos países de forças produtivas mais desenvolvidas, consegue, durante a Segunda Guerra Mundial, triplicar a sua produção que chegou, em 1946, a ser o responsável por 60% da produção mundial, e sua renda per capita a atingir um crescimento de mais de 100%, que transformou a antiga colônia inglesa na maior potência mundial, militar e econômica.

Mas, como dizíamos anteriormente, o funcionamento do modo de produção capitalista modificou-se, a era liberal, de livre mercado, chegou ao seu fim, pois a regulação do capitalismo monopolista passou a dominar. Esse processo vinha sendo praticado durante os anos 30, por países capitalistas, mas que se consolidaria nos anos 50, através da intervenção direta

do Estado na economia e com a criação de normas de novas formas de regulação do mercado internacional.

Os países capitalistas, preocupados em afugentar as crises da economia capitalista, a exemplo da crise que ocorreu em 1929, procuram criar normas para regulamentar as atividades do mercado mundial, dando os primeiros passos em 1944, com a decisão tomada por 44 países, reunidos nos Estados Unidos, na Conferência de Bretton Woods, onde foi assinado um acordo que definiu para a economia mundial que:

a) aceitação do dólar como moeda internacional e conversível em ouro; b) livre conversibilidade das moedas nacionais entre si, a partir de uma paridade fixada em ouro ou em dólares; c) criação de instituições que sustentassem os acordos como o Fundo Monetário Internacional – FMI e o Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento, mais conhecido como Banco Mundial. (PADRÓS, 2000, p. 231-232)

O acordo decorrente da *Conferencia de Bretton Woods* possibilitou a intensificação da internacionalização do capital e criou as condições para que os Estados Unidos da América estivesse à disposição para exploração de mercados e áreas de investimentos, fato que consolidou a formação social e econômica capitalista americana como potência hegemônica econômica e militar.

A política adotada pelos EUA para a economia internacional visava, entre outras coisas, afastar o perigo de revoluções sociais que favorecessem a expansão do comunismo no mundo, pois a situação de degradação social causada pela II Guerra Mundial favorecia o crescimento de organizações de esquerda, como acontecia na França, Itália e Grécia, na Europa, e em outras regiões, a política norte-americana procurava amenizar os movimentos de libertação nacionais que se alastraram pelas antigas colônias européias. Também, a política econômica internacional americana do pós-guerra mundial foi dirigida para as formações sociais e econômicas em desenvolvimento como Brasil, Argentina, Índia e outros.

Com o acirramento da “Guerra Fria” estabelecida entre as principais potências mundiais, EUA e URSS, o governo americano elaborou a Doutrina Truman (1947) defensora da tese que os EUA tinham o direito de fornecer ajuda financeira e militar a qualquer nação com base no entendimento de que essa nação estivesse sofrendo a pressão do comunismo internacional. De imediato, com base nessa doutrina, os americanos intervieram na Grécia e Turquia, depois na Coréia, Vietnã, Cuba e em outros países.

A Doutrina Truman foi logo em seguida ampliada pelo Plano Marshall (1947) e a formação da Organização do Tratado do Atlântico Norte – OTAN. O Plano Marshall foi dirigido especialmente para a recuperação econômica dos países europeus, em especial a França, a Inglaterra, Itália

e a então Alemanha Oriental. A ajuda americana consistia na liberação de bilhões de dólares, em forma de empréstimos, para a recuperação das forças produtivas e abastecimento, como também visava à recuperação das forças militares através da constituição da OTAN.

A aplicação do Plano Marshal, que teve como principal período de vigência os anos de 1947 a 1951, contribuiu de forma decisiva para a recuperação econômica dos principais países capitalista da Europa, além de ser peça fundamental para penetração do capital norte-americano nas economias européias e afastar o perigo comunista.

Para as formações sociais e econômicas latinas americanas, baseado no mesmo escopo político-ideológico da Doutrina Truman, os Estados Unidos da América aplicaram a decisão da Conferência de Ponta del Este (1961), o Plano da “Aliança para o Progresso”, com a finalidade de incentivar o desenvolvimento econômico e social dos países latino-americanos. O plano previa alcançar a distribuição de renda; a reforma agrária; a industrialização; construção de moradias populares e a integração das economias através de mercado comum. As instituições responsáveis pela execução seriam os governos nacionais e os organismos internacionais de financiamento como: o FMI, o BIRD, entre outros.

A Aliança para o Progresso não alcançou as metas esperadas em virtude da redução dos financiamentos internacionais, em especial o norte-americano, e o não compromisso dos governos conservadores que dirigiam os países pactuados.

Os EUA, também, realizaram uma política de recuperação econômica para alguns países asiáticos, como foi o caso do Japão, que, a partir da década de 1950, registrou um crescimento acelerado motivado pela política de reformas empreendidas pelo governo japonês e monitorado pelo imperialismo dos Estados Unidos. As reformas impuseram a dissolução dos grandes trustes (*zaibatsu*), que controlavam a economia japonesa e que impediam a entrada livre do capital estrangeiro, melhor dizendo, americano. Também, foi realizada a reforma agrária, o desmonte da indústria bélica e a organização de novo parque industrial voltado para a produção de elétricos e químicos.

O rápido crescimento econômico japonês foi possibilitado, em parte, pelas reformas, pela presença de numerosa força de trabalho a baixos salários, pela introdução de tecnologias estrangeiras no processo de produção e pelo maciço investimento de capital americano através de empréstimos.

Em síntese, podemos dizer que a política econômica internacional norte americano do após Segunda Guerra Mundial, aliou dois objetivos: a) o de combater a expansão do comunismo internacional; e, b) o de abrir as economias estrangeiras para a penetração do capital americano, juntando, assim, a estratégia econômica à estratégia militar que garantiram para os EUA a hegemonia do mundo capitalista em sua Era de Ouro, colocando o modo de vida americano como modelo de sociedade industrial capitalista.

A agressiva política de expansão internacional da sociedade norte-americana exportou o modelo de produção em massa de Henry Ford (retornar a aula 9) que perseguia o alargamento do consumo como forma de permitir a contínua acumulação capitalista.

Bens e serviços antes restritos a minorias eram agora produzidos para o mercado de massa. (...) O que era antes um luxo tornou-se o padrão de conforto desejado, pelo menos nos países ricos: a geladeira, a lavadora de roupas automática, o telefone. Em 1971, havia mais de 270 milhões de telefones no mundo, quer dizer, esmagadoramente na América do Norte e na Europa Ocidental, (...). Em suma, era agora possível ao cidadão médio desses países viverem como só os muitos ricos tinham vivido nos tempo de seus pais – a não ser, claro, pela mecanização que substituíra os criados pessoais (HOBBSAWM, 1995, p. 259).

A Era de Ouro do Capitalismo foi marcada por profundas transformações e entre elas está a consolidação do envolvimento entre a política e a economia através da ampliação da intervenção do Estado nas atividades econômicas. A intervenção do poder político na economia foi um processo que se iniciou durante a crise capitalista do início do século XX, e que se expandiu durante o período de guerras mundiais e se consolidou nos anos seguintes, a saber: o Estado que intervém na economia, através do planejamento da economia, regulando salários, criando empresas estatais (transporte, comunicação, bancos, energia), ampliando seus gastos com os complexos militares.

E cada vez mais a presença do Estado da economia ficou evidenciada no capitalismo depois da Segunda Guerra mundial, ocorrência que levou alguns teóricos da evolução do capitalismo a indicarem como “uma linha divisória qualitativa” do processo de desenvolvimento do modo de produção capitalista. (DOBB: 1980)

A intervenção do Estado na economia colocou em crise o pensamento liberal fundado na defesa do “*laissez-faire*” e da “livre concorrência”. Esta modificação qualitativa foi instituída na perspectiva de preservar os pilares da economia capitalista: a propriedade privada e a extração da mais-valia, e, é claro, a lógica da acumulação ampliada de capital.

No pós-guerra, especialmente, na Europa, os estados capitalistas com o objetivo de não permitir o avanço do comunismo começaram gerenciar a economia capitalista procurando evitar seus efeitos sociais prejudiciais às classes mais carentes. Na execução desse objetivo, papel importante coube ao agrupamento político da socialdemocracia, que, descartando as teses revolucionárias e incorporando as propostas de Keynes, instituiu um “Estado regulador”, que buscava

a combinação de crescimento econômico com mão-de-obra plenamente empregada, com salários razoáveis e protegida pelo Estado de bem-estar social. (...). Portanto, o Estado foi instrumento de diversas ações encadeadas: 1) assumiu as atividades que não interessavam ao setor privado, mas que eram globalmente importantes; 2) regulou, mediante mecanismo políticos, as relações econômicas entre o capital e o trabalho e compensou os efeitos distributivos do mercado; 3) desempenhou papel econômico, fornecendo serviços e insumos a baixo custo, financiando a atividade privada, realizando obras públicas e capacitando a mão-de-obra; 4) incorporou múltiplos programas sociais (assistência familiar, habitacional, auxílio financeiro, saúde (PÁDROS, 2000, p. 249-251).

Com essa ação política, a socialdemocracia criou um “Capitalismo de Estado” baseado no princípio do “bem estar social” (*welfare state*), que consegue fragilizar a radicalização das reivindicações da classe trabalhadora, possibilitando certa tranquilidade para a expansão do capitalismo nas formações sociais capitalistas européias ocidentais.

Além do Capitalismo de Estado, outro fato marcante do Capitalismo após a Segunda Guerra Mundial foi “a revolução tecnológica”, que possibilitou a melhoria de antigos produtos, como também a produção de mercadorias impensáveis antes das guerras mundiais. Entre esses produtos podemos citar: os plásticos, o náilon, a televisão, os primeiros computadores, o radar, o motor a jato, a exploração da energia nuclear e outros objetos que fazem parte do nosso cotidiano (HOBSBAWM, 1995).

É imperioso registrar que em nenhuma fase anterior da história da sociedade humana a relação entre a ciência e o processo de produção tenha sido tão intenso, com implicações nas transformações nas diversas atividades produtivas: industrial, comercial, agrícola e comunicação.

O terremoto tecnológico” modificou “a vida do mundo rico e mesmo, em menor medida, no mundo pobre”, que através das ondas do rádio de pilha passou a se comunicar com o mundo em rápido desenvolvimento. (HOBSBAWM, 1995).

As forças produtivas capitalistas, em sua “época de ouro”, tornaram-se muito complexa exigindo a aplicação de volume grande de capital para a sua materialização. À medida que a ciência imbricava com o processo produtivo, mais rápidas eram as transformações tecnológicas e a inovação dos produtos, tendenciando a economia mundial para um rápido e enorme acúmulo de capitais. Aqueles que não tinham as condições de aplicar intensivamente capitais na renovação das forças produtivas eram engolidos pela concorrência cada vez mais ferrenha.

Para superar a agudeza da concorrência, que exigia imenso aporte de capital para a contínua modernização dos métodos de produção,

intensificou-se o processo de concentração e centralização da economia, favorecendo a sua intensa monopolização, a sua internacionalização e uma nova ordenação da divisão social do trabalho. E assim, cada vez mais se assiste à hegemonização do capital financeiro no modo de produção capitalista, dando a fisionomia do capitalismo mundial sob a hegemonia do imperialismo americano.

Nesse processo, expande-se a estrutura empresarial das empresas multinacionais, que se caracterizam por adotarem “uma estratégia internacional a partir de uma base nacional” visando dominar o mercado.

Nesse novo processo de realização do capital surge um mercado mundial de bens, de serviços e de utilização de mão-de-obra, cujos resultados consistem no desenvolvimento do poderio econômico, político e militar das potências industriais.

Assim, empresas capitalistas americanas (em maioria), inglesas, francesas, canadenses, alemães, entre outras, espalharam-se pelo mundo, consolidando o poderio econômico e militar dessas potências. (SANDRONNI, 1994).

A estratégia assumida pela internacionalização do capitalismo desenvolvida no após Segunda Guerra Mundial tinha como um de seus objetivos superar a política econômica adotada por estados periféricos. Esses estados, preocupados em se industrializar, diante de uma conjuntura de escassez de produtos industrializados criada pelo período de guerras mundiais, desenvolveram ações que direcionavam a industrialização para uma “política de substituição de exportações”, que consistia na substituição de produtos industrializados exportados por produtos industrializados na própria formação social e econômica. O que significa ser mais do que uma simples produção de produtos localmente já produzidos. (SANDRONNI, 1994)

A viabilização da “política de substituição de exportação” forçou as formações sociais a adotarem políticas de proteção para os mercados nacionais. O Brasil, conjuntamente com outros países latino-americanos como Argentina, Chile, México, a adotaram políticas econômicas de substituição de importações que favoreceram o desenvolvimento do setor industrial em todas as direções: metalurgia, mecânica e outras.

O desenvolvimento da “política de substituição de importação” adotada pelas formações sociais periféricas motivou as formações sociais capitalistas imperialistas a adotarem novas estratégias para a dominação e exploração do mercado internacional. A estratégia marcante foi a prática de transferir capitais originados nessas formações sociais e econômicas para as em desenvolvimento com toda proteção e subsídios oferecidos pelos países hospedeiros. Além dessas vantagens, as formações sociais capitalistas periféricas ofereciam outra que pesou muito na decisão de transferência de capitais, que foi a existência de uma farta força-de-trabalho disponível,

barata e de fraca organização social, o que permitia a fácil ampliação da acumulação de capital.

Assim, para poderem continuar a dominar os mercados do Terceiro Mundo, as principais empresas industriais do Primeiro Mundo constituíram filiais nesses países, transformando-se assim em multinacionais. Em muitos casos, sua superioridade financeira e tecnológica lhes permitiu dominar não só os novos ramos da indústria, que elas inauguravam, mas também ramos que os capitais nacionais já tinham desenvolvido antes (SINGER, 1998, p. 119-120).

Criadas durante o século XIX, época em que o capitalismo transitava da regulação liberal para a regulação do capital monopolista, as multinacionais tiveram sua expansão acelerada durante os anos do pós-guerra mundial.

Dessa forma, os capitais dos países imperialistas impuseram e impõem a sua dominação sobre os mercados internacional e nacional, reordenando a divisão internacional do trabalho segundo a sua lógica. Na execução de sua política, as multinacionais passaram a se instalarem no Brasil, Argentina, México, Chile e nas demais formações sociais, através de suas subsidiárias. Aparecem: a FORD, a CHEVOLETTI, a MERCEDES, a FIAT, a SHELL, a COLLINOS, a COLGATE, a JOHNSON & JOHNSON brasileiras, argentinas, mexicanas, chilenas. (Paremos por aqui, que a lista é enorme).

Mas, à medida que as multinacionais expandiam a sua internacionalização, alterava-se a Divisão Internacional do Trabalho, pois

países que exportavam apenas produtos primários e que mal haviam concluído a substituição das importações industriais mais corriqueiras surgem agora como importantes exportadores de artigos industriais. (SINGER, 1998, p. 120)

Foi o caso do Brasil, por exemplo, cuja industrialização iniciou-se nos anos trinta, do século passado, e em 1980 a sua indústria automobilística vinha logo depois do café (1º lugar), da soja (2º lugar) e do minério de ferro (3º lugar), assumindo o quarto lugar na pauta de importação.

Porém, essa nova posição de países como o Brasil não queria dizer que de fato eles concorressem em pé de igualdade com as formações sócias capitalistas avançadas, como: EUA, Japão, Inglaterra, Alemanha, França. A situação é totalmente diferente, uma vez que, sendo países semi-industrializados, para atrair capitais internacionais são responsáveis pela criação de infra-estrutura necessária à implementação de indústrias, estradas, portos, aeroportos etc., além de possuir uma força de trabalho numerosa e sub-paga, condições que possibilitam a maximização dos lucros das multinacionais, contribuindo para que elas possam fazer altos investimentos em setores de ponta do processo produtivo em países de

origem, como o da pesquisa e inovações tecnológicas e produtos mais complexos.

Socialmente, varias foram as conseqüências da “reestruturação do capitalismo” após a II Guerra Mundial, 1945, que modificaram o modo de vida da população, entre as quais podemos citar:

1. A definitiva urbanização das sociedades e o esvaziamento do campo, fruto do êxodo rural, em conseqüência da intensiva mecanização e do uso da biotecnologia na agricultura e pela procura de melhorias das condições de sobrevivência concentradas nas cidades. A movimentação do campo para a cidade favoreceu o surgimento de favelas nas periferias urbanas.
2. As mulheres conseguem se projetar como força de trabalho, como agente político e cultural, realizando uma verdadeira revolução social que transformou a família e colocou as mulheres no centro dos debates das políticas sociais.
3. A intensificação da industrialização e da regulação fordista fez crescer o operariado europeu e o transformou em um importante consumidor inserido como uma peça na sociedade de consumo em massa, protegido pela política social e trabalhista do Estado do Bem Estar Social. Mas, ao mesmo tempo em que se inseria como uma peça na sociedade de consumo o operariado, gradativamente, foi se acomodando socialmente, afastando-se da prática da solidariedade e de suas antigas bandeiras que o colocava como ferrenho adversário da sociedade de classes capitalista.
4. Também, como conseqüência da industrialização com intenso uso de tecnologia, que levou à automação e à robotização criou-se, principalmente nas formações sociais centro do capitalismo, o problema de substituição do trabalhador – “o trabalho vivo sendo substituído pelo trabalho morto”. Comentando essa tendência, o historiador Eric Hobsbawm fez o seguinte comentário:

A grade característica da Era de Ouro era precisar cada vez mais de maciços investimentos e cada vez menos gente, a não ser como consumidores. (...), o ideal a que aspirava a Era de Ouro, embora só se realizasse aos poucos, era a produção, ou mesmo o serviço, sem seres humanos, robôs automatizados montando carros, espaços silenciosos cheios de computadores controlando a produção de energia, trens sem maquinistas. Os seres humanos só eram essenciais para tal economia num aspecto: como consumidores de bens e de serviços (HOBSBAWM, 1995, p. 262).

5. O uso intensivo de alta tecnologia no processo de produção exigia uma força de trabalho cada vez mais qualificada, forçando a sociedade a demandar dos seus governos a universalização da alfabetização, do ensino fundamental, e, mais tarde, o ensino universitário. A universalização do ensino, principalmente, nos países de capitalismo avançado, permitiu que famílias socialmente carentes desses serviços galgassem postos de trabalhos antigamente limitados

a pequenos grupos sociais privilegiados. E, ao mesmo tempo, contribuía para a divulgação do pensamento de esquerda, que criticava as bases da sociedade capitalista, provocando os movimentos contestatórios como os ocorridos no ano de 1968.

6. A disputa entre os países imperialistas, em época dominada pela “Guerra Fria”, fez intensificar o uso de alta tecnologia na indústria da guerra, contribuindo, especialmente, para que a URSS e EUA desviassem altas somas de capitais dos investimentos produtivos para gastos militares. Essa situação permitiu que países impedidos de manter suas forças armadas fortemente belicosas, como o Japão e Alemanha Ocidental, investissem nos setores de ponta da produção e pudessem acumular altas taxas de capital. A consequência foi que, a partir do final da década de 1960, a economia dos EUA iniciasse um progressivo declínio competitivo diante das economias japonesa e alemã. Cada vez mais a economia mundial, com a recuperação das forças produtivas dos países arrasados pela Guerra Mundial, voltava a acirrar a concorrência entre as principais formações sociais e econômicas capitalistas, contribuindo para alimentar uma nova crise internacional. “Na prosperidade dos anos 60 já estavam os germes da crise dos anos 70” (BEAUD, 1987, p. 322).



ATIVIDADES

1. Comentar sobre a situação econômica dos principais países capitalistas europeus depois da II Guerra Mundial.
2. Discorrer sobre a geopolítica mundial pós as Guerras Mundiais, a partir da afirmação de Eric Hobsbawm; “A era imperial acabou”.
3. Escrever sobre o significado da *Conferência de Bretton Woods* para a economia mundial capitalista.
4. Comentar sobre os objetivos e consequências da Doutrina Trumann e do Plano Marshall para os países latino-americanos.
5. Relacionar a aplicação do Plano Marshall com o desenvolvimento capitalista no Japão após a II Grande Guerra.
6. Comentar as afirmações explanadas por Jean J. Chesneaux (ler a citação na introdução da aula).
7. Relacionar: Estado, economia capitalista e “estado do bem estar social”.
8. Comentar a seguinte afirmação: “O terremoto tecnológico” modificou “a vida do mundo rico e mesmo, em menor medida, no mundo pobre”.
9. Definir o que representou a “política de substituição de exportação” para as economias capitalistas em desenvolvimento na América latina;
10. Comentar sobre a relação entre o processo de concentração do capital e a expansão das empresas multinacionais;
11. Listar as principais consequências sociais da “reestruturação capitalista” ocorrida durante as décadas de 60 e 70 do século XX.

COMENTÁRIO SOBRE AS ATIVIDADES

Depois da II Grande Guerra os países europeus se encontravam como a estrutura econômica destrocada, necessitando de uma forte ajuda externa, que foi encomendada pelos EUA através do plano Marshall, ancorado na doutrina Truman. A política de ajuda americana tinha como objetivo político, no jogo da “guerra fria” impediu a expansão do comunismo, o que proporcionou o fortalecimento da social democracia. Será responsável por adotar uma política de estado que objetiva o desenvolvimento da política assistencialista, ficando conhecida como o estado “do bem estar social”.

CONCLUSÃO

Apartir da década de 1970, o capitalismo mundial, montado institucionalmente nos princípios da Conferência de Brettons Woods, na regulação fordista e no uso intensivo de capitais e tecnologia começou a apresentar dificuldades para reprodução das taxas de acumulação das décadas imediatas a 1950. A Era de Ouro do capitalismo estava finalizando, fruto das próprias contradições geradas durante o seu desenrolar.

A fase de esgotamento do capitalismo de regulação fordista foi marcada por crises, como: a crise financeira americana (1971), as duas crises do petróleo (1973 e 1979) e transformações profundas no processo produtivo, oriundas da terceira revolução industrial fundamentada nas novas tecnologias micro-eletrônicas e da transmissão de informações, automatização e robotização. A incorporação de novas tecnologias e ciências no processo produtivo implicou na substituição de mão-de-obra, na exigência de novo tipo de trabalhador e na necessidade da introdução de novas relações de trabalho.

Articulada a esses fatores, a classe trabalhadora, internacionalmente, além de reivindicar melhoria salarial avançou sua luta em direção ao controle da produção e do questionamento da estrutura política e jurídica do Estado Capitalista.

A crise impõe aos “controladores do capital” a necessidade de elaboração de formulações políticas capazes de superarem a crise do Capitalismo. Para isso, as instituições internacionais como o Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial, Grupo dos Sete (principais países capitalistas) e teóricos reuniram-se e formularam normas políticas que se popularizaram como o “Consenso de Washington”. Porém, esse tema será o assunto da nossa próxima aula.



RESUMO

A economia capitalista instituída depois dos anos 50 se caracterizou por se apresentar regulada por princípios fordistas de acumulação, estimulador da concentração e centralização do capital, favorecendo o surgimento e fortalecimento de empresas multinacionais, instituições-braços das ações imperialistas das potências imperialistas, em especial, os Estados Unidos da América. O acirramento da concorrência capitalista direcionou as transformações das forças produtivas, tornando-as mais complexas e fornecedoras de produtos que modificariam o modo de vida da sociedade. Sociedade que passou a se caracterizar por ser movida pelo consumo. Fato que contribuiu para que o Capitalismo conhecesse um período de forte expansão e acumulação, uma época de ouro do capital. Os elementos que possibilitaram a prosperidade capitalista, a partir dos anos 60, estimularam o aparecimento de contradições, que reforçadas por acontecimentos conjunturais, como a crise financeira americana (1971) e as duas crises do petróleo (1973 e 1979), levaram o Capitalismo em sua fase fordista ao esgotamento e ao surgimento de uma nova etapa da economia capitalista, que ficou conhecida como a época do neoliberalismo.

REFERÊNCIAS

- BEAUD, Michel. **Historia do Capitalismo**: de 1500 aos nossos dias. SP: Ed. Brasiliense, 1987.
- BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do Pensamento Marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988.
- CHESNEAUX, Jean J. **Modernidade mundo**. Petrópolis: Ed. Vozes, 1995.
- CATTANI, Antonio David (org). **Trabalho e tecnologia**: Dicionário Crítico. Porto Alegre: Ed. da Universidade e Editora Vozes, 1997.
- DOBB, Maurice. **A evolução do Capitalismo**. 7 ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980.
- HOBBSAWM, Eric J. **A era dos extremos**: o breve século XX – 1914/1991. São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 1995.
- LOPEZ, Luiz Roberto. **História do século XX**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.
- NOVAC, George. **A lei do desenvolvimento desigual e combinado da sociedade**. São Paulo: Dag. Gráfica e Editorial LTDA., 1988.
- PADRÓS, Enrique Serra. Capitalismo, prosperidade e Estado de bem-estar social. In. **O século XX**: o tempo das crises – revoluções, fascismos e guerras. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2000. p. 227-266.

OHLWEILER, Otto Alcides. **Materialismo Histórico e crise contemporânea**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.

OHLWEILER, Otto Alcides. **O Capitalismo contemporâneo**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986.

REZENDE, Cyro. **Economia brasileira contemporânea**. São Paulo: Ed. Contexto, 1999.

SANDRONI, Paulo (org.). **Novo Dicionário de Economia**. São Paulo: Ed. Best Sellers, 1994.

SINGER, Paul. **O que é Economia**. São Paulo: Ed. Contexto, 1998.

SINGER, Paul. **Aprender Economia**. São Paulo: Ed. Contexto, 1998.